



AVISO PARA A APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO

N.º 4/313/2013

Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer

(Portaria nº 520/2009 de 14 de Maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 905/2009 de 14 de Agosto e Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e a Portaria n.º 149/2013 de 15 de Abril)

Nos termos do Regulamento de Aplicação da Acção 3.1.3 Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são propostos pelos GAL e aprovados pelo Gestor do PRODER, ouvido o Órgão de Gestão, sendo divulgados através do sítio da Internet do PRODER www.proder.pt, do GAL – Grupo de Acção Local PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul em www.pinhalmajor.pt e publicados num jornal regional.

O presente Aviso para Apresentação de pedidos de apoio é definido nos termos seguintes:

1. Objectivos e as prioridades visadas

- a) Desenvolvimento do turismo;
- b) Desenvolvimento de outras actividades de lazer;
- c) Potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais;
- d) Valorizar os produtos locais;
- e) Valorizar o património cultural e natural;
- f) Contribuir para o crescimento económico e
- g) Criar emprego.

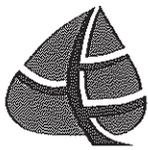
2. Tipologia das operações a apoiar

No âmbito dos objectivos previstos, são susceptíveis de apoio, desde que não desenvolvidas em explorações agrícolas, as seguintes tipologias de operações:

- a) Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde e cultural.
- b) Alojamento turístico de pequena escala integrados nas seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: turismo de habitação, turismo no espaço rural no grupo de casa de campo, parques de campismo e caravanismo e turismo da natureza.
- c) Infra-estruturas de pequena escala, tais como centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.

As Actividades Económicas elegíveis devem situar-se de acordo com o que se encontra definido:

- a) Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural no grupo de casas de campo, parques de campismo e caravanismo e de turismo de natureza – CAE 55202, 55204, 553, 559;



b) Serviços de recreação e lazer, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística, e criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural – CAE 93293,91042 e 93294 (desde que declaradas de interesse para o turismo, nos termos do Decreto Regulamentar n.º22/98, de 21 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º1/2002, de 3 de Janeiro).

3. Área geográfica elegível

Concelhos de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

4. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio

Entre o dia 15 de Junho de 2013 e o dia 28 de Junho de 2013, até às 17.00 horas.

5. Dotação orçamental a atribuir

A dotação orçamental do apoio a conceder, afecta ao presente concurso, é de **72.090,55€** (setenta e dois mil, noventa euros e cinquenta e cinco cêntimos).

6. Entidades Beneficiárias

Podem ser beneficiárias deste tipo de abertura, as pessoas singulares ou colectivas de direito privado, desde que cumpram as condições previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio alterada pelas Portarias n.ºs 905/2009 de 14 de Agosto e 814/2010 de 27 de Agosto e 149/2013 de 15 de Abril.

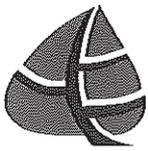
7. Número máximo de pedidos de apoio por beneficiário

Cada beneficiário poderá apresentar, no máximo, 1 pedido de apoio no âmbito do presente concurso.

8. Forma de apresentação dos pedidos de apoio

8.1 - O formulário de candidatura deve ser descarregado em www.pinhalmajor.pt, procedendo à medida que for sendo preenchido à sua gravação, com um nome que possa identificar o beneficiário, assumindo o seguinte exemplo: GAL_PMAIOR.Beneficiário.xls, é obrigatório que o ficheiro tenha extensão .xls, sob pena de exclusão. Após o seu preenchimento, o formulário deverá ser remetido digitalmente através do campo da **autenticação** do nosso site www.pinhalmajor.pt. Não nos responsabilizamos por quebras de energia, congestionamento na recepção dos Pedidos de Apoio no site ou quaisquer outras razões de força maior que possam pôr em causa a recepção do formulário.

A documentação complementar constante no anexo D do formulário deverá ser entregue na sede do GAL até cinco dias úteis após a submissão do pedido de apoio. O beneficiário (no caso de pessoas colectivas, o responsável legal) deve ainda, nesse prazo de cinco dias deslocar-se à sede da PINHAL MAIOR para assinar, carimbar (se aplicável) e rubricar todas as folhas do formulário.



8.2 - Os formulários deverão ser totalmente preenchidos de acordo com o manual de preenchimento do formulário que será também disponibilizado com o mesmo. O não preenchimento de qualquer um dos campos obrigatórios implicará a não admissão do pedido de apoio.

8.3 - Os documentos anexos ao pedido de apoio devem ser apresentados pela ordem do anexo D – Documentação Complementar do formulário de candidatura, devidamente separados.

8.4 - Os orçamentos a apresentar devem indicar preços unitários e a designação das rubricas deve ser exactamente a mesma em todos os orçamentos, sob pena de se considerar como não entregue o orçamento que não obedeça a estas recomendações.

8.5 - O correio electrónico será tido como a via de transmissão privilegiada neste concurso.

8.6 - Qualquer erro ou omissão na apresentação ou no preenchimento do formulário e dos documentos será motivo de exclusão da candidatura.

8.7 - O não cumprimento dos prazos implica automaticamente a exclusão da candidatura.

8.8 - No pedido de apoio o beneficiário apenas se poderá candidatar a uma CAE, constituída por 5 dígitos e conforme Cartão do Registo Nacional de Pessoa Colectiva ou Empresário em nome individual, o não cumprimento será motivo de exclusão da candidatura.

9. Metodologia de cálculo da Valia Global da Operação

A Valia Global da Operação (VGO) é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares obtidas para cada um dos factores através da aplicação da seguinte fórmula:

$$VGO = 0,45 VTE + 0,40 VE + 0,15 VB$$

Onde:

VTE – Valia Técnica Económica

VE – Valia Estratégica

VB – Valia do Beneficiário

9.1) Metodologia de Cálculo da VTE

$$VTE = 0,45 IR + 0,40 VAL + 0,15 CO$$

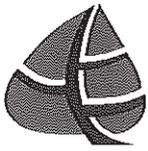
IR - índice de rentabilidade (rácio benefício/custo)

VAL – Valor Actualizado Líquido

CO - Coerência e razoabilidade dos orçamentos apresentados

9.2) Metodologia de Cálculo da VE

$$VE = 0,30 CP + 0,10 IO + 0,15 AV + 0,15 QPT + 0,05 AP + 0,10 I + 0,10 VA + 0,05 TP$$



- CP - Coerência do projecto com a ELD (tendo em consideração o diagnóstico do território de abrangência, a estratégia e os objectivos);
- IO - Identificação clara dos objectivos e resultados previstos no PA;
- AV - Aproveitamento e valorização dos recursos endógenos;
- QPT - Qualidade/qualificação dos postos de trabalho criados;
- AP - Articulação com outros programas/projectos;
- I - Inovação;
- VA - Valorização ambiental;
- TP - Projectos inscritos numa estratégia de eficiência colectiva na tipologia PROVERE.

9.3) Metodologia de Cálculo da VB

$$VB = 0,30 I + 0,20 R + 0,05 NR + 0,25 CEP + 0,20 CE$$

- I - Idade,
- R - Residência na área de intervenção ou sede social da empresa;
- NR - Novos residentes;
- CEP - Capacidade/experiência profissional;
- CE - Capacidade empreendedora.

9.4) Cálculo da pontuação do Pedido de Apoio

A pontuação do PA efectua-se de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Cada factor é pontuado de 0 a 20 pontos;
- b) Através da aplicação dos ponderadores definidos para cada um dos factores, calcula-se o valor de cada uma das três componentes;
- c) Com base no somatório das componentes determina-se a Valia Global da Operação;
- d) Os PA são hierarquizados de acordo com a Valia Global da Operação obtida (arredondamento à décima).

9.5) Critérios de exclusão

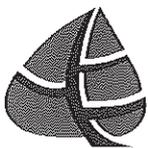
Os critérios de exclusão são os seguintes:

- IR – Índice de rentabilidade
- CO – Coerência e Razoabilidade dos orçamentos apresentados

Em qualquer um dos referidos critérios, pontuação de zero equivale à exclusão do Pedido de Apoio.

9.6) Critérios de Desempate

Em caso de pedidos de apoio com VGO igual, prevalece sempre o Pedido de Apoio com pontuação superior na Valia Estratégica. Caso se verifique empate também na Valia Estratégica, ter-se-á em conta a pontuação da Valia Técnica Económica. Valorizando-se o pedido de apoio com pontuação superior na Valia Técnica e Económica. Se ainda desta forma não for possível aferir o desempate, será analisada em



última instância, a pontuação da Valia do Beneficiário, prevalecendo o Pedido de Apoio com pontuação superior nessa valia.

10. Valia Global Mínima

A Valia Global da Operação tem que ter no mínimo 10 valores numa escala de 0 a 20 valores.

11. Forma, nível e limite dos apoios a conceder

Os pedidos de apoio devem apresentar um custo total elegível dos investimentos propostos e apurados na análise da respectiva candidatura de acordo com o quadro abaixo descrito, sendo os apoios concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis. O nível e limites máximos de apoio a conceder são os constantes no quadro seguinte:

Investimentos	Sem criação de posto de trabalho	Com criação de pelo menos um posto de trabalho	Com criação de pelo menos dois postos de trabalho	Limite Máximo de Apoio
≥ 5.000€ e ≤ 150.000€	40%	50%	60%	60.000€

12. Data de início e fim das elegibilidades das despesas

As despesas são elegíveis a partir do dia 16 de Junho de 2012, desde que as operações não estejam concluídas antes da data da aprovação do pedido de apoio.

O Pedido de Apoio terá como fim e deverá ser executado obrigatoriamente até ao dia 31 de Dezembro de 2014.

13. Meios de divulgação e informação complementar disponibilizados

Os Meios de divulgação e informação complementares, bem como a legislação aplicável, são disponibilizados através dos sites do PRODER (www.proder.pt) e da Pinhal Maior (www.pinhalmajor.pt) e na sede da Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, sita na Rua D. Nuno Álvares Pereira, nº 1, 6100-654 Sertã.

Telefone: +351 274 600 130

Fax: +351 274 600 139

E-mail: geral@pinhalmajor.pt

14. Legislação aplicável

Este aviso não dispensa a consulta de toda a legislação nacional e comunitária aplicável, orientações técnicas entre outros diplomas:

- Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro
- Decreto – Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio
- Portaria n.º 905/2009, de 14 de Agosto
- Portaria n.º 814/2010, de 27 de Agosto
- Portaria n.º 149/2013, de 15 de Abril



- Declaração de Rectificação n.º 32-A/2010 do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
- Orientação Técnica do PRODER n.º 45/2009
- Orientação Técnica Interna n.º 1/2013 da PINHAL MAIOR
- Orientação Técnica Interna n.º 2/2013 da PINHAL MAIOR
- Orientação Técnica Interna n.º 3/2013 da PINHAL MAIOR
- Orientação Técnica Interna n.º 4/2013 da PINHAL MAIOR
- Orientação Técnica Interna n.º 5/2013 da PINHAL MAIOR

Qualquer dúvida na interpretação relativa ao presente Aviso de Abertura, prevalece a interpretação do Órgão de Gestão da Pinhal Maior.

Sertã, 28 de Maio de 2013.

O Presidente do Órgão de Gestão

(João Paulo Marçal Lopes Catarino, Eng.º)

Aviso de Abertura aprovado em Reunião do Órgão de Gestão, no dia 28/05/2013.

Aprovado pela Gestora do PRODER, em 6/6/13

A Gestora do PRODER

(Gabriela Ventura, Dr.ª)